

18 JUN 1965

18 JUN 1965

JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

Nação Parada *Economia Brasil*

A Nação continua paralisada à espera de medidas que irão feri-la na carne, atingindo a sua estrutura econômica e social. Enquanto o tempo passa, infiltra-se um estranho sentimento de descostura, talvez de desordem ou até mesmo de culpa e cobrança de crimes não cometidos, recaindo sobre os ombros do homem comum, na rua, o político ou o empresário.

Estranha sensação, essa, para um país como o Brasil.

Que se terá perdido ou deixou-se de plantar para chegarmos a esse ponto? Veja-se o quadro econômico: de *pacote* em *pacote* fomos esvaziando aqui e ali, seguindo uma linha incompleta, infiltrada por concessões políticas mascaradas na surdina. Algo como cozinhar a carne em seu próprio suco, sem pensar que em um certo momento o fundo da panela ficará inevitavelmente seco.

Assim, primeiro os negócios estiveram parados porque tudo se permitia especular sobre os *pacotes*. Não se sabia quais os critérios que orientariam os cortes nos orçamentos das empresas estatais, nem que modificações seriam feitas na estrutura fiscal, afetando os contribuintes, nem como seria tratada a questão da desindexação dos salários depois do espúrio casamento de conveniência do PDS com o PTB.

Agora, tudo está parado porque as respostas a muitas perguntas fundamentais continuam no ar. Vamos "desdolarizar" a economia? Ou vamos "desindexar"? Ou será preferível "expurgar" alguns índices? Este é o cenário, e nada nem ninguém navega em paz nas águas de tantas imprecisões. Mas não basta isso.

De repente, para espanto de todos aqueles que não embotaram nem perderam a sensibilidade ou o orgulho nacional, assistimos ao desfile de burocratas internacionais pelos corredores das repartições públicas, nos lugares mais reservados e no que deveriam ser os santuários da economia brasileira, perguntando, pesquisando, questionando.

Afinal, somos um Burundi? Ou uma Botsuana por acaso? Que estaria contribuindo para transformar em sarcasmo uma palavra ou um sorriso de representantes de organismos internacionais?

Para não dar aos fatos uma proporção errada é preciso, antes de mais nada, que se restaure um pedaço dos cenários históricos perdidos em meio a tantas zonas de sombra. O grupo de técnicos multinacionais que nos tem visitado deveria conhecer tais cenários. Por acaso a Alemanha não saiu arrasada de guerras, e por

acaso não deixou dívidas não pagas ao Brasil? Que dizer de outros países europeus resgatados no pós-guerra pela ajuda multilateral? E em que nível colocaríamos a convivência dos banqueiros ocidentais com a Polônia? Será o calote dos comunistas um bom exemplo de moralidade saltando por cima das fronteiras tumultuadas dos satélites soviéticos?

Não, apesar dos descontroles por que tem passado em sua economia, o Brasil não é um país inadimplente, nem se encontram em nossa história exemplos de calotes que justifiquem a arrogância de burocratas internacionais. Devemos colocar os nossos problemas além e acima desse nível, procurando situar onde se encontram suas raízes verdadeiras e assimilar as soluções domésticas capazes de afastarem os cenários mais sombrios.

O que tem faltado a este país é altivez no nível político. Porque não será com o conceito marxista da predominância da política econômica sobre a arte política que iremos resolver nossos problemas. É a arte política que deve comandar a economia, e se a arte é pobre, desmorona-se o resto. Não existe plano econômico que resista à falta de austeridade na cúpula de um sistema político. Não é a "infra-estrutura" que determina a "superestrutura". É o exato oposto. O mau comando, a vacilação, a falta do senso histórico solapam as bases sobre as quais os empresários pensam montar os seus negócios, minam a confiança dos cidadãos e transformam a dúvida em moeda corrente.

Muito se pode creditar ao Governo do Presidente João Figueiredo em benefício da abertura política. Mas a abertura é um processo e não um fim em si mesmo, e se esse processo se distorce, se emaranha e se complica, então a base econômica sobre a qual ele deveria apoiar-se torna-se também errática.

Governos que tiveram retumbantes sucessos eleitorais em períodos recentes — como na Grã-Bretanha — demonstraram que a austeridade política e a austeridade econômica podem andar de mãos dadas e que a racionalidade do povo aceita melhor a verdade que a dissimulação. Diga-se portanto alto e bom som que é preciso restaurar a altivez nacional, diante da qual os sorrisos dos burocratas internacionais perderão seu tom de sarcasmo. Mas isto só será possível se o comando político souber transmitir à população e aos que nos cobram no exterior um sentido de firmeza, coerência e força sobre o qual ninguém ousará tripudiar. Pois o Brasil, senhores, não é uma republiqueta. E sempre pagou suas dívidas.